

ECONOMIA

Custo de vida

Reduzir preço dos alimentos exige enfrentar problemas estruturais



Fotos: Nanda Mendes/Riscky Rafael

DIREITOS

Maioria nas urnas

Qual projeto político responde aos problemas da vida das mulheres?

COMPARE

Líderes nas pesquisas

Veja as posições de Lula e Flávio Bolsonaro sobre temas centrais da eleição

EDIÇÃO 389 ■ Ano 13 ■ setembro de 2026 ■ distribuição gratuita ■ brasildefato.com.br/rj ■ [@brasildefatorj](https://www.instagram.com/brasildefatorj)

Brasil de Fato^{RJ}

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO





Dois Brasis em disputa: o que o BdF vê nas urnas de outubro

► Nas ruas, nos carros de som e nas telas de celular, a eleição já entrou na vida cotidiana, e o whatsapp da família voltou a ferver. Em outubro, o país responderá a uma pergunta: que projeto de Brasil sairá das urnas?

A polarização está demarcada. De um lado, o campo em torno de Lula (PT) busca garantir a reeleição do presidente para o



quarto mandato; do outro, Flávio Bolsonaro (PL) representa o bolsonarismo após a condenação e prisão do pai por tentativa de golpe. O cenário é uma inversão de 2018, quando, no último especial impresso deste jornal para uma eleição presidencial, era Lula quem estava preso, tendo a condenação posteriormente anulada pelo STF.

O **Brasil de Fato** nunca escondeu de onde fala. Nascemos vinculados às lutas populares e sindicais e não acreditamos em jornalismo neutro. Nosso papel é olhar para os projetos em disputa e perguntar qual responde à vida concreta da classe trabalhadora.

Nas pautas que decidem a vida real, as propostas dos dois principais candidatos são distantes. A jornada de trabalho é um exemplo: enquanto Lula defende a PEC que reduz a jornada para 40 horas, que aguarda votação no Senado, o lado bolsonarista ecoa a voz do empresariado, que rejeita aumentar o tempo de descanso do trabalhador, alegando aumento de custos.

Na segurança, a violência contra a mulher é a face mais grave do problema, com 1.571 feminicídios em 2025, que esta edição detalha em reportagem própria. Um projeto aposta sobretudo no endurecimento penal; o outro soma a isso à defesa da autonomia econômica das mulheres como condição para romper o ciclo de violência.

Outro tema que expõe as diferenças entre os projetos é a soberania. De um lado, a defesa de novas privatizações pelo campo liberal-conservador; de outro, empresas públicas e recursos estratégicos tratados como instrumentos de desenvolvimento e proteção dos interesses nacionais.

Este jornal não vai fingir neutralidade, mas quer tornar visíveis os grandes temas que atravessam esta eleição. Isso inclui também olhar para o que mudou na vida dos brasileiros nos últimos quatro anos: a renda média chegou ao maior valor desde 2012, o desemprego caiu e a inflação desacelerou.

O voto é decisão de cada leitor e leitora. Nosso compromisso é oferecer os dados para que essa escolha, em outubro, seja feita com informação e um debate saudável.

Sem fake news e manipulação.

PUBLICIDADE

expressão POPULAR

As sombras da trajetória de **Marco Rubio:**

SEMPRE UM PASSO À FRENTE DA LEI

Conheça os objetivos políticos e os métodos de ação do secretário de Estado de Donald Trump.

Acesse o QR Code e garanta o seu exemplar.

expressaopopular.com.br

PRIORIDADE

Segurança lidera preocupação da população e coloca projetos de combate à criminalidade em disputa

Enquanto candidatos da direita apostam em mais prisões e endurecimento de penas, Lula defende necessidade de integração nacional e inteligência

Igor Carvalho

A segurança pública está no centro da disputa eleitoral de 2026. Uma pesquisa do instituto Real Time Big Data, divulgada em 1º de setembro, aponta o tema como o mais importante para 25% dos eleitores, à frente de inflação/custo de vida e saúde.

Enquanto candidatos da direita defendem mais prisões e endurecimento das penas, o campo progressista aponta para a necessidade de integração e inteligência no combate ao crime organizado.



Foto: Michael Filippo

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pelo PT, tem como principal aposta a Proposta de Emenda à Constituição 18/2025 — a chamada PEC da Segurança Pública. A medida visa ampliar a coordenação nacional e a integração entre as forças policiais. Atualmente, a responsabilidade pela segurança pública é compartilhada entre os entes federativos, mas os estados concentram atribuições fundamentais, como o comando das polícias civil e militar.

“Esse projeto é fundamental para que a União estabeleça as diretrizes gerais da política nacional de segurança pública”, afirma o sociólogo Benedito Mariano, ex-ouvidor das polícias de São Paulo.

Para o especialista, a proposta também aponta para uma mudança no foco do enfrentamento às organizações criminosas.

“Lula quer enfrentar o crime organizado pelo andar de cima”, afirma Mariano, ao mencionar, também, o Programa Brasil Contra o Crime Organizado. A iniciativa foi instituída pelo governo federal em maio de 2026 com o objetivo de integrar órgãos de segurança para desarticular facções, milícias e grupos paramilitares.

Em contrapartida, os planos de governo de candidaturas da direita miram propostas de endurecimento penal com referências ao modelo de segurança de Nayib Bukele, presidente de El Salvador, marcado pelo encarceramento em massa. Entidades de direitos humanos e organismos internacionais denunciam prisões arbitrárias, tortura e restrições ao direito de defesa no país.

Principal representante da extrema direita na disputa presidencial, Flávio Bolsonaro (PL) tem se aproximado dessa experiência. Em 30 de agosto, ele e outros nomes do campo bolsonarista se encontraram com o ministro da Justiça e Segurança Pública de Bukele em São Paulo (SP).

“Tem pouco preso no Brasil, tinha que ter mais. Só não tem mais porque a legislação é frouxa”, declarou Flávio após a reunião, sem considerar que o país tem a terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 964 mil pessoas presas, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Presente no encontro, o promotor Lincoln Gakiya, do Ministério Público de São Paulo (MPSP), que investiga o Primeiro Comando da Capital (PCC) há três décadas, fez ressalvas à importação do modelo salvadorenho.

“A gente tem que entender qual o modelo de justiça e de segurança pública que nós queremos para o país. Transformar modelos, com todo respeito,

copiados ou adaptados de outro país, vai haver necessidade de que a gente supere algumas dificuldades, inclusive do ponto de vista constitucional e legal”, afirmou.

'Duro contra pobres e negros'

Para Benedito Mariano, as diretrizes de governo registradas por Flávio Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mantêm uma lógica de endurecimento penal que recai sobre as parcelas mais vulneráveis da população, sem atingir as estruturas econômicas do crime organizado.

“É um discurso duro contra pobres e negros e fala mansa para o andar de cima do crime organizado”, afirma.

Medidas como a classificação de facções criminosas como organizações terroristas e a redução da maioridade penal são vistas pelo especialista como “demagogia eleitoral”.

“O programa dele [Flávio] contém as narrativas de senso comum da extrema direita. Ele propõe classificar as facções criminosas como terroristas para agradar o governo estadunidense e colocar em xeque a soberania nacional, além de reduzir a maioridade penal para 16 anos. Mas 95% dos homicídios dolosos não são cometidos por adolescentes. É pura demagogia eleitoral”, conclui Mariano.



Foto: Edgar Santos/Pevelis

OPINIÃO

Entraves históricos da educação brasileira

Oswaldo Teles*

A educação brasileira convive com diversos entraves históricos, e um deles — ainda pouco debatido — é a diferença no tratamento profissional entre os professores e as professoras que trabalham nas redes públicas e aqueles (as) que atuam nas instituições privadas de ensino.

Um exemplo dessa diferença é a legislação existente, em nível nacional, que garante direitos importantes aos profissionais que atuam na Educação Básica (EB) das escolas públicas. Tomemos como exemplo a fundamental Lei 11.738, sancionada pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2008, que fixa o valor do Piso Nacional do Magistério da Educação Básica em todo o país — atualmente, em R\$ 5.130,63 — para uma jornada de 40 horas semanais. A mesma lei garante, também, 1/3 da carga horária para atividades de planejamento escolar extraclasse.

Em comparação, não existe um piso nacional para quem trabalha na Educação Básica nas instituições privadas de ensino. Com isso, o salário do docente é reajustado de acordo com as negociações entre os Sindicatos dos Professores (Sinpros) e os sindicatos patronais.

A questão do tempo extraclasse, então, sequer é reconhecida.

A categoria que trabalha na Educação Básica do município do Rio de Janeiro, por exemplo, está em campanha salarial, mobilizada pelo Sinpro-Rio, e, entre as reivindicações, está o pagamento da “hora-atividade”, uma medida que guarda relação com o 1/3 de planejamento dos professores da rede pública.

Outra luta, em nível nacional, é pela equiparação dos salários dos professores da Educação Infantil (EI), das creches e dos anos iniciais do Ensino Fundamental aos dos docentes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio. A Lei 15.326/2026 já garante a aplicação do Piso Nacional do Magistério aos profissionais da Educação Infantil da rede pública. No entanto, o docente da EI que trabalha nas instituições privadas de ensino não tem esse direito, sendo um dos segmentos que enfrentam condições mais precárias de trabalho e remuneração no setor privado.

Em razão disso, o Sinpro-Rio tem uma luta histórica pelo reconhecimento e pagamento da hora-atividade e da equiparação salarial para docentes da Educação Infantil ao Ensino Médio. Defender uma educação de qualidade nas instituições privadas de ensino é valorizar e respeitar os professores e as professoras.

* Diretor do Sinpro-Rio e da CUT-RIO

CUSTO DE VIDA

Reduzir preço dos alimentos exige enfrentar problemas estruturais

Com inflação desacelerada, especialistas defendem fortalecimento de estoques públicos e agricultura familiar

Luís Indriunas

Os indicadores mostram que a renda aumentou, o desemprego caiu e a inflação desacelerou nos últimos anos. O cenário econômico é mais favorável do que no fim do governo Bolsonaro, e os alimentos também acumulam inflação menor. Ainda assim, a comida continua pesando no orçamento das famílias.

Especialistas ouvidos pelo **Brasil de Fato** avaliam que avançar na redução dos preços exige enfrentar problemas que vão além da conjuntura econômica.

O economista João Pedro Stedile, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), destaca a concentração na comercialização. Produtos como arroz, feijão, óleo de soja, café e carnes, afirma, são dominados por poucas empresas, “que controlam o comércio e também o preço”.

Esse ponto se soma a gargalos no abastecimento, à dependência do transporte rodoviário e aos efeitos de eventos climáticos extremos sobre as safras. Para o economista Valter Palmieri Junior, enfrentar problemas como es-



ses exige políticas duradouras. “Se você não avança de uma forma estrutural, corre o risco de avançar um pouco, mas retroceder antes de dar tempo [de as políticas produzirem efeitos]”, afirma.

“Produtos como arroz, feijão, óleo de soja, café e carnes são dominados por poucas empresas, que controlam o comércio e também o preço.”

João Pedro Stedile, direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O que propõem Lula e Flávio Bolsonaro

Os líderes das pesquisas apontam caminhos diferentes para o tema da alimentação. Lula prevê ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), expandir o Plano Safra da Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), além de criar linhas de crédito para agroecologia e produção orgânica.

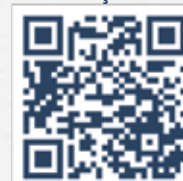
Flávio Bolsonaro concentra suas propostas em produção agropecuária e infraestrutura, com corredores logísticos, seguro rural, produção nacional de fertilizantes e redução do tempo dos licenciamentos ambientais.

PUBLICIDADE

Outubro: mês dos professores e professoras
Ensinar é transformar.
Lutar por quem ensina também.

O Sinpro-Rio celebra e fortalece quem faz da educação todos os dias uma ferramenta de transformação.

CONHEÇA:



SinproRio
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região

DIREITOS

Autonomia financeira, tempo de trabalho e segurança: qual projeto político responde à vida das mulheres?

Maioria do eleitorado, elas cobram respostas para problemas que atravessam o cotidiano

Fotos: Gabriel Frank, Bruno Brandão/Revêis



Rodrigo Chagas

Michele Aparecida da Silva trabalha como cobradora de ônibus em São Paulo (SP), em escala 6x1. Começa o expediente à tarde e volta para casa somente na madrugada. Quando chega, a filha já está dormindo. Quando acorda, ela já saiu para trabalhar.

“Quase não a vejo, quase não converso com ela”, conta. As tarefas de casa se acumulam e tomam parte considerável da única folga da semana.

“A gente, como mulher, como mãe, tem tantos afazeres que, quando vai ver, o dia já foi.”

A sobrecarga relatada por Silva é compartilhada por outras mulheres, que dedicam, em média, 9,6 horas semanais a mais que os homens ao trabalho doméstico e de cuidado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É nesse contexto que o fim da escala 6x1 ganha peso para essa parcela da população. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) defendida pelo

governo Lula (PT) reduz a jornada para 40 horas, com dois dias de descanso e sem corte salarial.

O texto aguarda votação no Senado. Mesmo com apoio popular, setores da

“A gente, como mulher, como mãe, tem tantos afazeres que, quando vai ver, o dia já foi.”

Michele Aparecida da Silva, cobradora de ônibus em São Paulo

direita resistem à aprovação. Senadores bolsonaristas chegaram a apresentar uma PEC alternativa, batizada de “escala 7x0”. O modelo, apoiado pelo candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL), abre brechas para jornadas sem descanso garantido.

Além do trabalho e renda, outras pautas que perpassam a vida das mulheres têm ocupado a agenda dos candidatos nessas eleições. Maioria do eleitorado brasileiro, elas representam 52,8% dos votos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De olho nesse peso nas urnas, Lula e Flávio Bolsonaro têm intensificado os acenos ao segmento.

Em ato com mulheres em Minas Gerais, em 29 de agosto, Lula defendeu o fim da escala 6x1, políticas de autonomia econômica e ampliação da rede de proteção.

Do outro lado, o plano de Flávio Bolsonaro dá centralidade ao atendimento virtual às mulheres em áreas como saúde e proteção.

Enfrentamento à violência

Sancionada no primeiro governo Lula, em 2006, a Lei Maria da Penha completou 20 anos em agosto como um marco no enfrentamento à violência contra a mulher. Os avanços, porém, convivem com um cenário persistente.

O Brasil encerrou 2025 com 1.571 vítimas de feminicídio, alta de 4% e recorde da série histórica do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Em 2026, os números indicam queda, mas continuam

“Tem que ter autonomia econômica para conseguir romper o ciclo da violência”

Lurdinha Simões, Marcha Mundial das Mulheres (MMM)

alarmantes. De janeiro a julho, foram 848 vítimas, redução de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para a ativista Lurdinha Simões, da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), os índices refletem um processo longo de desmonte. Ela lembra que políticas para as mulheres avançaram nos governos Lula e Dilma, mas sofreram sucessivas perdas após 2016. No governo Bolsonaro, “a destruição foi total”, afirma.

Entre outras medidas, durante a gestão de Jair Bolsonaro, o acesso a armas de fogo foi facilitado por meio de decretos presidenciais e portarias. Dados do Instituto Sou da Paz mostram que, em 2024, o artefato foi usado em 47% dos homicídios de mulheres — incluindo feminicídios.

Segundo Simões, punição aos agressores, medidas protetivas e ação policial são indispensáveis no enfrentamento à violência, mas não bastam. “Você tem que ter autonomia econômica para conseguir romper o ciclo da violência”, explica Simões, que representa a Marcha no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres.

Segundo pesquisa do DataSenado, entre mulheres negras vítimas de violência doméstica sem renda suficiente para se manter, 85% convivem com o agressor.

Simões argumenta que ampliar a autonomia das mulheres depende de políticas públicas e organização coletiva. Ela cita como avanço a Política Nacional de Cuidados, criada no governo Lula. O programa reconhece o cuidado como direito e prevê a ampliação de serviços públicos — como creches e atendimento a idosos —, reduzindo uma responsabilidade que recai principalmente sobre as mulheres.

Brasil de Fato^{RJ}

Esta é uma edição especial do Brasil de Fato
Circulação gratuita nacional

Direção: Nina Fideles Editora-chefe: Monyse Ravena Edição: Geisa Marques
Revisão: Rafaella Coury | Arte e Diagramação: Marco Vieira ARTE DA CAPA:
Marco Vieira | BRASIL DE FATO RJ Chefe de redação: Vivian Virissimo
Reportagem e revisão: Clívia Mesquita e Juliana Passos | Diagramação:
Pablo Tavares | Distribuição: Fernando Velloso | Administração: Catia Alves.

www.brasildefato.com.br/rj
✉ brasildefatorio@gmail.com
📷 @brasildefatorj

FUP
FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS

SINDIPETRONF
Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense

SOBERANIA



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Terras raras ampliam pressão sobre soberania brasileira

Enquanto Lula defende controle nacional de recursos estratégicos, direita se alinha a Trump

Rodrigo Chagas

O Brasil tem a segunda maior reserva declarada de terras raras do mundo — minerais essenciais para equipamentos eletrônicos, turbinas, veículos elétricos, inteligência artificial e sistemas de guerra. A disputa por essas riquezas faz parte do cenário de uma eleição marcada por diferentes visões sobre soberania e relação com os Estados Unidos. O país norte-americano classificou esses minerais como estratégicos para sua “defesa nacional e segurança econômica”.

No Brasil, o governo Lula tem defendido que minerais críticos sejam processados nacionalmente e resiste a cláusulas que deem exclusividade aos EUA ou restrinjam vendas a outros países.

Já a família Bolsonaro mantém estreito alinhamento com o governo de Donald Trump, que tem interesses declarados no país e um histórico recente de ataques econômicos. Em 2025, Flávio Bolsonaro, candidato à presidência pelo PL, vinculou o fim do tarifaço de 50% imposto por Trump a produtos brasileiros à aprovação de uma “anistia ampla, geral e irrestrita” que beneficiaria Jair Bolsonaro, condenado e preso por tentativa de golpe de Estado.

Para o historiador Valério Arcary, a atuação da família Bolsonaro vai além do alinhamento tradicional da direita brasileira aos Estados Unidos, ao buscar diretamente a pressão de um governo estrangeiro sobre instituições e

decisões do país. “Nunca na história brasileira nenhuma liderança alinhada com os EUA foi tão longe”, afirma.

A aproximação com o governo Trump também envolve outro candidato à presidência. Ronaldo Caiado (PSD), então governador de Goiás, assinou, em março, um memorando com o governo dos EUA sobre minerais críticos. O estado abriga a Serra Verde, em Minaçu, única operação comercial de terras raras em escala no Brasil.

O pesquisador Miguel Stédile, do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, relaciona o interesse pelos recursos brasileiros à disputa tecnológica entre Estados Unidos e China, intensificada pela expansão da inteligência artificial. Minérios e fontes de energia, afirma, tornaram-se “determinantes para essa grande disputa tecnológica”.

O pesquisador Miguel Stédile, do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, explica que o interesse por minérios e fontes de energia está relacionado à disputa tecnológica entre EUA e China, intensificada pela expansão da inteligência artificial.

Para Stédile, esse cenário já alcança o processo eleitoral brasileiro. Ele cita sanções econômicas, pressões políticas e questionamentos sobre a segurança das urnas eletrônicas como formas de interferência.

Arcary também aposta em novas ações do governo estadunidense durante a campanha. “Trump não deixará de agir para favorecer os Bolsonaros”, opina.

TECNOLOGIA

Maricá integra pesquisas de fármacos, fitoterápicos e cannabis medicinal

Nova estrutura da Amar vai reunir projetos e articular parcerias

A Companhia Maricá Alimentos (Amar) criou no começo de setembro a Diretoria de Fármacos, Fitoterápicos, Cosméticos e Cannabis Medicinal. A nova estrutura pretende integrar projetos que já estão em andamento no município e aproximar poder público, universidades, centros de pesquisa e iniciativa privada para transformar conhecimento científico em produtos, tecnologias e novas oportunidades econômicas.

O secretário de Comunicação de Maricá e líder do Grupo de Trabalho Integrado da diretoria, Keffin Gracher, explicou ao Brasil de Fato que o primeiro passo será organizar as iniciativas existentes e estabelecer um plano de trabalho para as próximas etapas.

“O que estamos fazendo é integrar projetos que já existem e transformar esse trabalho em uma política pública estruturada”, afirmou Gracher.

Entre as ações que passam a fazer parte da estratégia estão a Farmakopeia Mari’ká, instalada na Fazenda Nossa Senhora do Amparo, pesquisas realizadas em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a estruturação do Centro Municipal de Desenvolvimento Farmacêutico, o ambiente regulatório experimental da cannabis e projetos de pesquisa e inovação apoiados pelo Parque Tecnológico de Maricá.

Farmácia Viva integra estratégia

A Farmácia Viva de Maricá também será incorporada à nova frente de trabalho. O projeto reúne cultivo, pesquisa e desenvolvimento de espécies medicinais, com produção de matéria-prima vegetal e estudos para aplicações em drogas vegetais, xaropes, repelentes e cosméticos.

Desenvolvida em parceria com a UFRRJ, a iniciativa também contempla a manutenção e ampliação de um banco de germoplasma de plantas medicinais. A expectativa é avançar, após as etapas de pesquisa, validação e regulamentação, para produtos que possam futuramente ser disponibilizados na rede pública de saúde do município.



Foto: Paulo Avila/Prefeitura de Maricá

Plantação de lavanda na Farmácia Viva de Maricá



Foto: Ricardo Stuckert

LULA X FLÁVIO BOLSONARO



Foto: Andressa Andrade/Agência Senado

Lula repudiou as tarifas impostas por Trump e buscou derrubar a taxaço pela via diplomática. O governo classificou as justificativas dos EUA como infundadas e defendeu a soberania brasileira diante das pressões sobre decisões internas do país.

RELAÇÃO BRASIL X EUA/TRUMP

Flávio Bolsonaro pediu a Trump que adiasse as tarifas contra o Brasil para depois das eleições, alegando que poderiam beneficiar Lula. A atuação bolsonarista nos EUA também contou com Eduardo Bolsonaro, que pediu sanções contra autoridades brasileiras e articulou medidas junto ao governo Trump.

Lula defende o Pix como questão de soberania nacional e afirma que o Brasil não aceitará pressões estadunidenses. Público e gratuito, o sistema é alvo do governo Trump por supostamente prejudicar operadoras de cartão dos EUA.

PIX

Flávio Bolsonaro diz que não negociará o sistema. Mas Eduardo Bolsonaro, que atua politicamente nos EUA em nome da família, defendeu colocar o Pix em uma mesa de negociação com o governo Trump, alegando que o Brasil prejudica empresas estadunidenses.

Lula propôs o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais, com dois dias de descanso e sem redução salarial.

ESCALA 6x1

Flávio Bolsonaro é contra a PEC do fim da escala 6x1 e defende uma proposta alternativa apelidada de “escala 7x0”, que flexibiliza regras trabalhistas e não garante descanso semanal. O texto cria o trabalho por hora e permite que a jornada seja negociada diretamente entre patrão e empregado.

Lula promete manter a política de controle de armas e munições e reduzir o arsenal privado ampliado durante o governo Bolsonaro.

ARMAS

Flávio Bolsonaro defende ampliar o acesso a armas. A campanha fala em rever medidas de controle adotadas por Lula e criar regras mais amplas para posse e porte.

Lula defende que a ação humana é responsável pelo agravamento da crise climática e cobra medidas para enfrentá-la. O governo registra queda nos alertas de desmatamento, sobretudo na Amazônia, e mantém o combate ao desmate como prioridade.

MEIO AMBIENTE

Na sabatina da *TV Globo*, **Flávio Bolsonaro** atribuiu extremos de calor, chuvas e seca a efeitos “cíclicos” da natureza e relativizou a influência humana nas mudanças climáticas.

Lula rejeita a privatização de empresas consideradas estratégicas, como Petrobras e Correios. Em agosto, voltou a descartar a venda dos Correios e defendeu a recuperação da estatal, destacando sua presença em todos os municípios brasileiros.

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Flávio Bolsonaro coloca a privatização dos Correios entre suas prioridades e defende ampliar a venda de estatais, mesmo após falhas recorrentes em serviços privatizados, como os apagões da Enel em São Paulo, e em meio a uma onda de reestatizações no mundo.

BOLSOMASTER

Quatro fatos sobre a relação de Flávio Bolsonaro com Daniel Vercaro, dono do Banco Master

Pedido de R\$ 134 milhões: Flávio negociou com Daniel Vercaro um aporte de US\$ 24 milhões, cerca de R\$ 134 milhões à época, para financiar *Dark Horse*, produção sobre a trajetória de Jair Bolsonaro.

Mais de R\$ 65 milhões em repasses: relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontou transferências de mais de R\$ 65 milhões de Vercaro para o fundo ligado ao financiamento de *Dark Horse*. Parte ocorreu após cobranças de Flávio.

Visita após prisão: Flávio admitiu que visitou Vercaro em sua casa no fim de 2025, após a primeira prisão do banqueiro, quando ele usava ternozeleira eletrônica. Segundo o senador, o encontro foi para “botar um ponto final” nas tratativas sobre *Dark Horse*.

“Estarei contigo sempre”: mensagens obtidas nas investigações mostram proximidade entre Flávio e Vercaro. Em uma delas, o senador escreveu ao banqueiro: “Irmão, estou e estarei contigo sempre”.



Foto: Daniel Ramalho/ATP

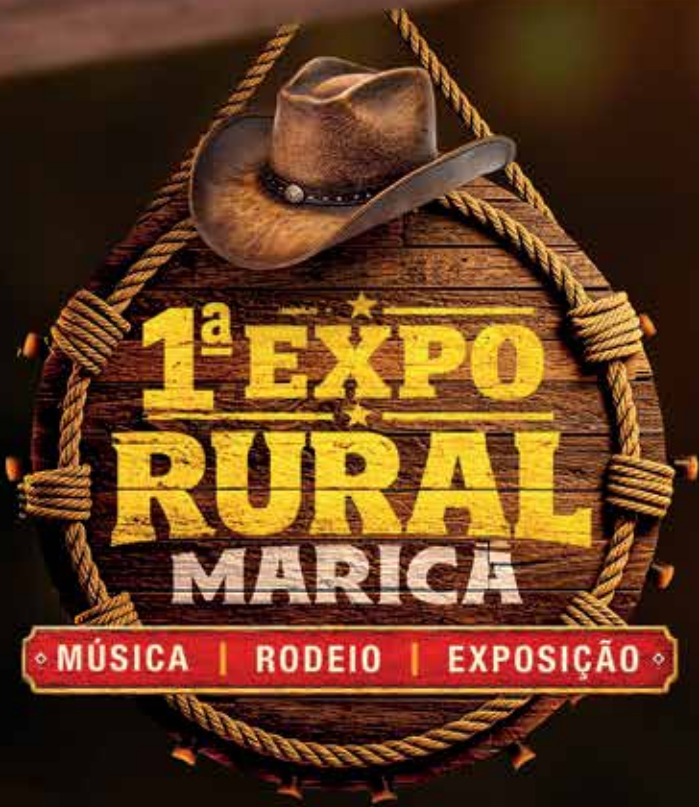
PUBLICIDADE



ALCOLUMBRE, NÃO DÁ
MAIS PARA ESPERAR!
A 6X1 TEM QUE ACABAR!



@sindicatocomerciariorj



- ★ SHOWS ★
- ★ EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS ★
- ★ EXPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ★
- ★ PRODUTOS AGRO ★

★ **DE 17 A 27** ★
DE SETEMBRO ★
PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE MARICÁ
★ ESPRAIADO ★



SIMONE MENDES - NATANZINHO LIMA - WESLEY SAFADÃO
CÉSAR MENOTTI & FABIANO - DANIEL - GUSTAVO MIOTO
GUILHERME & SANTIAGO - ZÉ FELIPE



**VIOLÊNCIA
CONTRA
A MULHER
É CRIME!**

**DENUNCIE
180 ou 190**

PRODURE O GRUPO MARIA DA PENHA (153) OU O CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER DE MARICÁ